

**FERREIRA, João Cesário Leonel (org.). Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro. São Paulo, Fonte Editorial/Paulinas, 2009, ISBN 8535623582, 424 p.**

Que o fenômeno pentecostal tem sido, nos últimos anos, objeto de inúmeros estudos e publicações, não resta dúvida. A expansão do número de frequentadores das igrejas pentecostais, a relação das lideranças religiosas com a política partidária e a mídia e os comportamentos dos fiéis no âmbito privado são apenas algumas das motivações dos abundantes estudos dedicados ao pentecostalismo. Em contrapartida, o “protestantismo histórico permanece numa espécie de limbo nas agendas dos estudiosos” (p. 9), como destaca João Baptista Pereira na apresentação ao livro *Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro*. Lançar luz sobre a vertente histórica do protestantismo, trazendo-o à memória do público em geral e dos pesquisadores de religião de modo particular, é, pois, o desafio cumprido pela coletânea organizada por João Cesário Leonel Ferreira.

Ferreira reuniu onze colaborações, entre ensaios e discussões com base em pesquisas empíricas, de autoria de pesquisadores formados em Ciências Sociais, Ciências da Religião, Teologia, História Cultural e Teoria e História da Literatura. O protestantismo brasileiro é visitado, portanto, a partir de diferentes matrizes teóricas, bem como de diversas perspectivas metodológicas, ainda que se possa reconhecer, na maior parte dos artigos, um dos seguintes pressupostos (nem sempre explicitados): a clássica distinção entre protestantismo de imigração e protestantismo de missão, aceita como modo privilegiado para o entendimento das distintas inserções do protestantismo no Brasil, bem como de seus desdobramentos em território nacional, ou a periodização do pentecostalismo em distintas “ondas”, admitida como chave de entendimento para as modificações no universo religioso protestante.

O que temos a partir desse quadro é a reiterada tentativa de compreender os contornos do protestantismo nacional. No segundo capítulo, por exemplo, de autoria de Ronaldo Cavalcante, somos convidados a visitar as bases do protestantismo a fim de superar aquilo que o autor identifica como um “impasse identitário do protestantismo atual cativo – tensionado entre o entusiasmo carismático e [...] o neofundamentalismo radical” (p. 48 – grifos no original). Para o enfrentamento desse impasse, Cavalcante recorre aos conceitos de persona, libertas, intolerância e exclusio; em sua perspectiva, esse exercício permite reconsiderar a herança da reforma protestante e, assim, efetuar a crítica aos desdobramentos atuais do protestantismo.

Já Lídice Ribeiro, no capítulo sexto, dedica-se ao escrutínio do ethos e modo de vida protestante no meio rural, qualificando-o como “genuinamente brasileiro”. A antropóloga dialoga com a literatura sobre “cultura caipira”, notadamente com

a linhagem de estudos iniciados por Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Carlos Rodrigues Brandão, destacando a recepção do protestantismo no meio rural e a reinterpretação de símbolos e ritos protestantes neste espaço até então predominantemente marcado pelo catolicismo popular.

A conformação de um modelo de culto protestante e sua relação com demandas leigas é o objeto de análise de Jacqueline Dolghie, apresentada no sétimo capítulo. A autora executa uma breve revisão dos referenciais teóricos que concederam ao culto o estatuto de objeto sociológico para, em seguida, destacar a construção ideal-típica de culto, tendo por base os escritos de Max Weber. Dolghie também discute aquilo que chama de “sedimentação” do modelo norte-americano de culto em solo brasileiro, sublinhando a importância do “protestantismo de missão” para a expansão e consolidação do protestantismo no Brasil.

No oitavo capítulo, Karina Bellotti defende a hipótese de que a produção de visibilidade protestante está intimamente associada à larga utilização da mídia evangélica. A história da evangelização protestante através da mídia, como bem destaca a autora, não é prática recente; contudo, sua “proeminência dentre as estratégias de difusão religiosa de caráter empresarial e competitivo” (p. 268) impõe uma agenda de questões que, uma vez respondida, pode lançar luz sobre o universo protestante contemporâneo. Após breve histórico do uso que protestantes brasileiros fazem da mídia, Bellotti explora a noção de “supermercado cultural evangélico” para avaliar a diversidade que compõe a “cultura evangélica brasileira”.

O enraizamento do protestantismo em solo brasileiro também é analisado sob o prisma da Modernidade e de seus impactos e riscos sobre as relações sociais e políticas. No artigo que abre a coletânea, Lauri Wirth recorre à noção de imaginário para sustentar sua hipótese a respeito da convergência entre católicos e protestantes em suas respectivas relações com as culturas latino-americanas. A demonstração desta hipótese leva Wirth a, primeiramente, passar em breve revista o processo de cristianização que teria constituído a América Latina, nas palavras do autor, em uma “modernidade periférica” para, em seguida, discorrer sobre como catolicismo e protestantismo poderiam ser compreendidos como vertentes de um mesmo “cristianismo eurocêntrico”.

No terceiro capítulo, orientado pela abordagem de Zygmunt Bauman acerca da fluidez dos vínculos sociais como efeito da “modernidade líquida”, Breno Campos pretende evidenciar aquilo que chama de “luta entre a ansiedade e a segurança na vida do sujeito moderno” (p. 95), tomando a profissão sacerdotal como objeto de reflexão. Para levar a cabo sua análise, Campos discute o fundamentalismo em duas chaves de leitura complementares: como invenção de uma tradição exclusivista e como fonte de segurança ontológica. Orivaldo Lopes Júnior, por sua vez, discute, no quinto capítulo, as relações entre protestantismo, democracia e violência. Tomando algumas telas de Bruegel como ponto de partida, o autor debate a postura dos reformadores europeus frente à questão do exercício do poder

e de que modo esta herança protestante foi colocada em prática na Modernidade. Em um segundo momento, o autor reflete sobre a especificidade da influência do protestantismo nas democracias latino-americanas, para, então, finalizar seu artigo entre considerações sobre suas observações diretas e de “parceria cognitiva” (p. 181) com a Associação dos Líderes Evangélicos de Felipe Camarão (ALEF), atuante no estado do Rio Grande do Norte, como caso privilegiado para pensar o contexto brasileiro.

Os capítulos quarto e décimo primeiro, por sua vez, abordam, por duas vias, a hermenêutica protestante. No primeiro caso, o principal esforço realizado por Júlio Zabatiero consiste em sumariar os diferentes modelos subjacentes às hermenêuticas histórico-crítica, histórico-gramatical (e variantes: tendência fundamentalista, conservadora, laicas e pentecostais, contextual) e aquilo que enquadra como “experimentos recentes”, a saber, a hermenêutica feminista e a semiótica. Já Osvaldo Ribeiro, no segundo caso, retoma a hermenêutica como seu objeto de reflexão, traçando caminho diverso daquele seguido por Zabatiero. Ribeiro busca explorar as múltiplas dimensões da hermenêutica (segundo ele, as dimensões física, biológica e organizacional). Interessa-lhe menos tratar da hermenêutica enquanto método que examinar a relação entre hermenêutica e consciência de si, seu ponto de partida.

Contribuir para a história de formação de leitores, através da análise de relatos ministeriais de dois pastores presbiterianos, é objetivo de João Cesário Ferreira no capítulo nono. A interface entre os campos de estudos teológicos e da crítica literária resulta em uma pesquisa na qual a leitura sistematicamente realizada por pastores é esmiuçada enquanto prática cultural. Ferreira organiza os dados de modo a quantificar e avaliar as leituras religiosas e não-religiosas feitas pelos sujeitos de sua pesquisa e, assim, encontrar algumas pistas para compreender a formação destes leitores, também qualificados pelo autor como formadores de opinião.

O décimo capítulo aproxima, segundo as palavras da autora Gina Strozzi, os conceitos de sexualidade e religião a partir da análise da obra de Georges Bataille, em particular O erotismo. O erotismo era considerado por Bataille com um meio de acesso privilegiado para desvendar a natureza humana; a religião, por sua vez, igualmente propiciaria uma experiência de conhecimento. O intuito de Strozzi é, pois, “evocar o erotismo presente na história do homem religioso” (p. 353), refletindo sobre os modos como se regula a sexualidade no protestantismo.

Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro é, portanto, título que faz jus à heterogeneidade de temas e abordagens apresentadas na coletânea (explicações sobre a origem deste projeto editorial constituir-se-iam, aliás, em um proveitoso guia para a leitura desta coletânea). A aparente ênfase dada às “novas perspectivas”, contudo, não contorna adequadamente alguns obstáculos recorrentes no campo de estudos “sobre o protestantismo brasileiro”. O primeiro deles diz respeito justamente às dificuldades intrínsecas à análise de um fenômeno multifacetado como o protestantismo.

Embora o próprio organizador da coletânea considere o protestantismo como “movimento complexo, pluripartido, disforme às vezes” (p. 12), a obra acaba por reiterar uma certa imagem de unidade a que é preciso fazer ressalvas. Quase invariavelmente apresentado no singular, o protestantismo é utilizado para se referir a um variado espectro de denominações religiosas, com raras menções às particularidades teológicas e aos contextos que engendraram os diferentes protestantismos em tela, salvo em um ou em outro capítulo da coletânea. Se é notório que os autores, de modo geral, distinguem o “protestantismo brasileiro” de outras religiões de matriz cristã, também o é, portanto, que concedem insuficiente atenção às fronteiras em constante rearticulação no interior deste segmento religioso. Ao se seguir por esse caminho, corre-se o sério risco de se criar textualmente um protestante atemporal e descontextualizado, comprometendo o conhecimento que se poderia acrescentar a respeito das relações produzidas por agentes que se definem ou que foram definidos como protestantes no contexto brasileiro, ao longo das últimas décadas.

A frequente recorrência a tipologias e periodizações históricas não sanam essa lacuna, pelo contrário, alimentam e produzem dificuldades adicionais. As classificações do protestantismo brasileiro não são, em si mesmas, satisfatórias para dar conta das relações concretas e singulares travadas pelos agentes religiosos: elas seguramente auxiliam o pesquisador a identificar contornos gerais que diferenciam determinados *ethoi* religiosos, mas não nos ajudam a compreender, sobretudo de imediato, as condições sociais de produção destas diferenças, ou seja, o complexo jogo de aproximações e distanciamentos estabelecidos pelos diferentes protestantismos entre si. Seria efetivamente mais produtivo adotar tais esquemas como efetivos pontos de partida, ou seja, enquanto convites a uma investigação mais sistemática sobre os arranjos e desarrajos que envolvem as inúmeras experiências religiosas de orientação protestante ao longo da história brasileira.

Disso resulta a pergunta, nem sempre claramente respondida pelos autores: de que protestantismo(s), afinal, estão falando? Ao se lançar o duplo desafio de trazer o protestantismo brasileiro ao primeiro plano de análise, a partir de novas perspectivas analíticas e metodológicas, tem-se a impressão final de que este último empreendimento foi mais bem sucedido que o primeiro.

*Eva L. Scheliga\**

Recebido: 12/09/2012

Aprovado: 06/11/2012

---

\* Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) entre 2011 e 2012, contato: [evascheliga@yahoo.com.br](mailto:evascheliga@yahoo.com.br)